



Prolegômenos sobre a eternidade do inferno: Hodie et semper?

Prolegomena on the eternity of hell: Hodie et semper?

*Vicente Artuso**

PUCPR

*Sezefredo Vendramim***

ITC (Instituto Teológico de Curitiba – antigo: Professor Aposentado)

Recebido em: 28/04/2024. Aceito em: 03/06/2024.

Resumo: *O artigo investiga a questão da eternidade do inferno. Tem o objetivo de esclarecer a doutrina sobre o inferno, no contexto da esperança da salvação e na consumação da história que inclui a humanidade inteira com o cosmos. A questão de fundo é entender a possibilidade do inferno eterno, enquanto só Deus é eterno, pois nele tudo subsiste. Como afirmar o suplício eterno dos condenados se proclamamos a fé no reinado e soberania de Deus sobre todas as coisas e na vitória do Cristo ressuscitado que venceu a morte? Não há como debelar a obscuridade do tema, uma vez que, segundo Karl Rahner “é inevitável o uso de modelo representativo mediante categorias temporais, ou mesmo afirmações de conteúdo”. Pode-se então falar da eternidade do inferno enquanto é constatável nesse mundo, e que à luz de uma esperança firme e caridade ativa, o reino futuro vai se realizando na história até sua plenitude. Nesse sentido o inferno não pode ser eterno, pois não combina o reino eterno de Deus.*

Palavras-chave: *escatologia; salvação; inferno.*

Abstract: *The article investigate the question of the eternity of hell. It aims to clarify the doctrine about hell, in the context of the hope of salvation and the consummation of history that includes all humanity with the cosmos. The bottomline is to understand the possibility of eternal hell, while only God is eternal,*

* Doutor em Teologia Bíblica (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2007). Mestre em Exegese Bíblica (Pontifício Instituto Bíblico de Roma, Ano 1990). Professor do PPGT da PUCPR e da Faculdade Claretiano.

E-mail: vicenteartuso@gmail.com.

** Doutor em Teologia Dogmática (Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 1950).

E-mail: freiclementeii@hotmail.com.



because in Him everything subsists. How can we affirm the eternal torment of the condemned if we proclaim faith in the reigning sovereignty of God over all things and in the victory of the resurrected Christ Who overcame death? There is no way to surpress the obscurity of the topic, since, according to Karl Rahner, "the use of a representative model through temporal categories, or even statements of content, is inevitable". One can then speak of the eternity of hell as it is observable in this world, and another in the light of firm hope and active charity, the future kingdom Will be realized in history until its plenitude. In this sense, hell can not be eternal, as it does not match the eternal kingdom of God.

Keywords: *eschatology; salvation; hell.*

Introdução

O presente artigo intitulado “Prolegômenos” a respeito da existência e eternidade do inferno levanta questionamentos que nos são postos por cristãos em geral. Nosso objetivo é esclarecer a doutrina sobre a eternidade do inferno no contexto da esperança da salvação e na consumação da história que inclui a humanidade inteira eo cosmos. A questão de fundo é entender a possibilidade do inferno eterno, enquanto só Deus é eterno, pois nele tudo subsiste. Eis um dos motivos da dificuldade de falar e escrever sobre esse assunto. Na verdade, os cristãos creem sem compreender racionalmente. No passado teólogos afirmavam que a pena do inferno é incompreensível racionalmente¹. Não há como debelar a obscuridade do tema, uma vez que, segundo Rahner (1989, p. 510): “é inevitável o uso de modelo representativo mediante categorias temporais, ou mesmo afirmações de conteúdo”. Pode-se falar da eternidade do inferno enquanto é constatável nesse mundo, e fruto de escolhas livres e estruturas de pecado. Temos então uma pluralidade de afirmações verdadeiras de cunho escatológico sobre a realização consumada do ser humano nesse mundo (Rahner, 1989, p. 511). Daí também a dificuldade de clareza.

A inspiração para esse estudo surgiu de diálogo e questionamentos do confrade Sezefredo Vendramim, cultor desse artigo. Conhecido por seu nome religioso, Frei Clemente Vendramim, é Doutor em Teologia Dogmática pela Universidade Gregoriana de Roma em 1950. Ehoje, aos 100 anos de idade, se dispôs com bastante lucidez a auxiliar nesse

¹ A. Winklhofer (1970, p. 51), por exemplo afirma: “Em última análise a pena do inferno, infinita no tempo, não é compreensível em si racionalmente para uma criatura finita”. O autor acrescenta porém que o inferno é conteúdo da revelação preservado e conservado pela Igreja no magistério (D 16; Ds 72; D 40; Ds 76; D 160b; Ds 340ss; D 211; Ds 411; D 228^a; Ds 443; D 410; Ds 780; D 429; Ds801; D 457; Ds 839; D 570; Ds 1048; D 714; Ds 1351).



estudo². Ele sempre questionou a eternidade do inferno como contraditória a infinita misericórdia de Deus. Assim formula a questão: “Como afirmar o suplício eterno dos condenados se proclamamos a fé no reinado e soberania de Deus sobre todas as coisas e na vitória do Cristo ressuscitado que venceu a morte? Não seria isso colocar limites à misericórdia de Deus?” (Sezefredo Vendramim). A questão da eternidade do inferno é discutida desde os primeiros séculos com Orígenes e retornou na reflexão teológica dos últimos tempos. Afinal a “eternidade do inferno é hoje e sempre? Como entender a doutrina da Igreja?” Retomamos a posição moderna entendendo o inferno como parte dos novíssimos no âmbito da escatologia na sua dimensão presente e futura. Assim como há possibilidade da experiência do céu nesse mundo, há também situações dramáticas, experiências de inferno, sofrimento e aniquilação. “O inferno começa na história”. Pode ser criado livremente por meio das opções ou omissões e assim crescer cada vez mais célere para uma destruição progressiva, radical e sem remédio (Libânio & Bingemer, 1996, p. 64).

Os tratados refletem o tema no contexto do juízo de Deus e sobretudo numa dimensão da teologia da esperança na realização das promessas de salvação. A promessa vai se concretizando na história até sua consumação. “O cristianismo não vive para si mesmo, vive do senhorio do ressuscitado e para o senhorio futuro daquele que venceu a morte, e nos deu vida, e realiza o reino de Deus” (Moltmann, 2005, p. 41, 243, 405; Nocke, 1984, p. 15).

Portanto o interesse maior parece voltar-se mais para a parousia e a consumação da história, com acento numa escatologia intra-mundana na tensão constante entre o “já” e o “ainda não”. Nessa perspectiva da esperança, segundo Susin a escatologia é “a plenitude em que toda a realidade está presente, como um face a face. A criação e a história humana segundo a expressão escolástica é um êxodo saído de Deus (exitus a Deo) e na parousia terão pleno retorno para Deus (reditus in Deum). Então Deus será “tudo em todas as coisas (1Cor 15,28)” (Susin, 2018, p. 145).

Essa abordagem na teologia da esperança de um novo céu e nova terra e do julgamento salvífico com a reunião e presença de todas as pessoas e coisas diante de Deus (apocatástase), coloca dificuldade para o entendimento da eternidade do inferno, ou melhor, oferece elementos que fundam os questionamentos.

² Citamos o nome de Sezefredo Vendramim em parêntesis onde ele interveio como coautor.



Na verdade, a escatologia tradicional, ou tratado dos novíssimos, não tinha interesse no curso da história, mas no seu fim, no dia derradeiro. Temor e esperança se concentravam no destino do indivíduo e não no destino do mundo. A partir do século dezenove ocorreu um deslocamento para uma escatologia coletiva e escatologia do mundo com menor acento na escatologia individual. Isso encontra respaldo na teologia da esperança em Paulo. De fato, o ser humano e toda a criação aspira ser libertado da corrupção para participar da glória de Deus (cf. Rom 8,21-23). O reino é inclusivo o inferno é excludente.

O reino de Deus está presente em mistério aqui na terra, chegando o Senhor ele se consumará (GS 39) (Nocke, 2001, p. 364). O ser humano é peregrino e forasteiro nesse mundo. Não temos aqui cidade permanente pois buscamos a que há de vir (Heb 13,14). Para lá todos correm, mas nem todos alcançam a meta (1Cor 9,24). A perspectiva da realização do reino na história em tensão escatológica para o futuro no contexto de Igreja peregrina e celeste deve guiar nossa reflexão. E acreditamos no reino da inclusão. O inferno por sua vez dependerá da possibilidade de alguém optar livremente contra Deus.

Apresentamos de início uma breve visão bíblica da origem do “inferno”. Abrimos a discussão a luz da ressurreição de Cristo para a qual todo cristão é destinado. Depois entramos na discussão da possibilidade da eternidade do inferno e, por fim, a doutrina da morte redentora de Cristo que desceu a mansão dos mortos para resgatar a humanidade decaída.

1 Alusões bíblicas da existência do inferno

O destino do ser humano é objeto de atenção do Antigo Testamento. O indivíduo é entendido como membro escolhido de Deus. E como ser vivente ele é mortal. O inferno está relacionado estritamente com a morte (Müller, 2014, p. 378). O substantivo “xeol” ocorre 66 vezes no Antigo Testamento e designa o reino dos mortos. Sua etimologia é bastante discutida e nela se associa também o sentido de “lugar de desolação” de “interrogação” (Jenny; Westermann, 1985, p. 1053). Seja como for, “a morte levará a pessoa a um lugar sem retorno (Jó 7,9; 38,17) na existência sombria do reino dos mortos (Is 14,10). Porém o poder de Javé não termina nos limites das profundezas (Sl 138,8) mas ele não age lá sobre o ser humano (Sl 88,6)” (Müller, 2014, p. 378). A descida ao xeol começa durante a vida mortal (Sl 30; Is 38). O orante



clama por salvação na situação de morte e expressa esperança de que o reino dos mortos não seja a última palavra.

No judaísmo e sob a influência da apocalíptica o inferno passou a designar o estado escatológico da perdição, no qual o pecador se encontra quando abandona Deus definitivamente. “As afirmações do xeol, como também do vale de Hinnon (Js 15,18; Jr 19,6) representam também o ponto de partida sobre o inferno de fogo (gehenna)³, lugar de punição para os pecadores”. O “dia do Senhor”, como anunciado pelos profetas passou a ser o dia da ira, do julgamento e castigo no xeol. No Evangelho de Mateus a adoção dessa concepção é usada para mostrar a seriedade da decisão de responder ao chamado à salvação. Assim demonstra-se como é importante viver de forma sincera aqui e agora, pois o objetivo da vida pode não ser alcançado. A negação dessa possibilidade de salvação é ressaltada nas expressões: tormento no fogo (Mt 3,12; 5,12); mar de fogo (Ap 20,10.14-15); verme que não morre (Mc 9,47-48). Especialmente em Mateus: trevas exteriores, fogo e ranger de dentes (Mt 8,12; 13,42.50; 22,13; 24,51). O ponto mais doloroso é a exclusão do banquete nupcial, símbolo da salvação (Mt 22,1-4; Mt 25,1-13). No entanto a descida de Jesus aos “espíritos na prisão”, aos mortos (1Pe 3,19-21; 4,6) também justifica a esperança de que o Evangelho de Deus pode ser eficaz até mesmo no espaço da perdição aparente. Parece claro que “a possibilidade do inferno eterno não é afirmada de forma simétrica e igualitária” nos textos do Novo Testamento” (Faber, 2014, p. 276-277). O Novo Testamento compartilha as representações de que os seus contemporâneos utilizavam para descrever o inferno. Não se coloca um acento especial no inferno e sua descrição. Eles servem para formar as consciências (Schelkle, 1985, p. 185) Juan Luis Segundo destaca:

Em nenhum dos textos dos sinóticos sobre o inferno Jesus responde a pergunta que poderia ser formulada assim: O que é o inferno? As alusões ao inferno estão localizadas numa problemática que não se dirige a saber se o inferno existe, ou como ele é. A pergunta a qual todos respondem poderia ser: O que é que Deus ama, o que é Deus aborrece na conduta humana (Segundo, 1998, 35).

³ O termo grego “Geena” é derivado do “vale dos filhos de Hinom” (2Rs 23,10). Nome do lugar onde se sacrificavam crianças a Moloc (Lv 18,21), “uma garganta situada ao sul de Jerusalém. Essa localidade era considerada o lugar do último julgamento. Mais tarde foi acrescentado o atributo de fogo. Por isso ‘o inferno de fogo’ se relaciona com o mais antigo julgamento. A ideia é a seguinte: Aqueles que são condenados no julgamento são jogados no fogo, onde queimam” (Klaus Berger, 2022, p. 711).



Mesmo em Paulo, quando se refere a representações do mundo diabólico ele o faz para recordar a salvação em Cristo. Paulo fala da eterna condenação como de uma ruína (1Ts 5,3) e perdição (Rm 9,22; 1Cor 1,18; 2Cor 2,15) sem, no entanto, descrever seu lugar ou modo de ser (Schelkle, 1985 p. 196).

2 Destino de todos: ressurreição e vida em Cristo

Assim reza o símbolo apostólico: “Cristo foi crucificado, morreu, foi sepultado, desceu a mansão dos mortos e ressuscitou ao terceiro dia”. Pela ressurreição de Cristo, os cristãos que morrem no Senhor, isto é, na graça ressuscitam com ele para a vida plena na eternidade da glória. Todo cristão conforme o ensinamento de Paulo, pelo batismo é sepultado na morte com Cristo para com ele ressuscitar (Rm 6,3-4). Pela graça vivemos como ressuscitados e temos aberto o caminho para a vida plena. Nesse sentido os verbos usados em algumas cartas paulina referentes a ressurreição estão no passado (no grego: o aoristo indica tempo terminado no passado): Paulo fala aos cristãos; se vós ressuscitastes com Cristo buscai as coisas do alto onde Cristo está sentado na glória (Cl 2,12; 3,1; Ef 2,3). O cristão é um vivo ressuscitado e foi predestinado por Deus a ser santo na sua presença (Ef 1,4). Portanto Deus fonte de todo o bem só poderia criar o ser humano para viver santamente na sua presença não poderia criar o ser humano para a morte e a danação eterna. Ele venceu a morte e ressuscitou vitorioso. Roberto Marcelo da Silva interpreta alguns ícones da ressurreição destacando a salvação da humanidade decaída (Adão e Eva):

Os ícones das Igrejas orientais sobre a descida de Cristo aos infernos no século VIII, representam o Ressuscitado tendo o demônio a seus pés e com a cruz como instrumento de vitória sobre ele, o pecado, e a morte. Outros ícones representam o ressuscitado segurando e puxando pelos pulsos Adão e Eva. O significado é que a descida de Cristo no lugar dos mortos e sua subida na ressurreição estão vinculados (Da Silva, 2022, p. 161).

A possibilidade da salvação é uma certeza, pela fé na ressurreição e na vida eterna. As liturgias da Igreja Oriental, com grande destaque na vitória de Cristo sobre a morte e o inferno, reforçam a certeza da salvação de toda humanidade. Deus traçou para o ser humano o destino para viver



em comunhão com ele. No entanto há também a possibilidade de recusa da proposta de salvação e obstinação no mal que cria o inferno na vida.

A partir disso questiona-se: “Se a realidade escatológica do céu é eterna, porque Deus é eterno sumo bem, e sua misericórdia é infinita, como entendera eternidade do inferno?” (Sezefredo Vendramim). Essa questão é discutida desde os primeiros séculos do cristianismo. Clemente de Alexandria, morto em 215, via a punição após a morte como medida corretiva e, portanto, temporária (Strometra, 1,27.173.5 *apud* Daley,1994, p. 76). Igualmente em Orígenes segue na mesma linha a hipótese teológica da apocatástasis levantada no século III (cf. Tournon, 1998, p. 278) que tem fundamento em 1Cor 15,20-28, quando todas as coisas tiverem sido submetidas, o Filho entregará o reino ao Pai, e Deus será tudo em todos.

É a hipótese da restauração final de todas as coisas e da própria história humana ao seu estado de justiça original no paraíso. Com isso se supõe a possibilidade real de se libertarem os condenados do inferno. Segundo essa opinião teológica, o inferno seria temporal e provisório, ou mitigável. Essa teoria levada ao extremo pelos discípulos de Orígenes, se inspirava em Platão, segundo o qual todo castigo tem um fim corretivo. Essa hipótese da apocatástasis foi condenada pela Igreja como heresia (Sínodo regional de Constantinopla, em 543, Cf. DS 411). Karl Barth e Karl Rahner, explicam a possibilidade da condenação eterna dizendo que ninguém pode obrigar Deus, na qualidade de Pai e soberano da graça, a salvar os que livremente quiseram correr o risco final da condenação eterna e nisso se obstinaram. E aqui o inferno seria na definição do Cardeal Müller, “o paradoxo dos paradoxos, a misericórdia não acolhida na liberdade pervertida” (Müller, 2014, p. 397). O ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, predestinado a ser santo, frustra esse projeto. Paradoxo, pois aqui se define o inferno na dimensão existencial: “O inferno é o ser humano faminto de amor e incapaz de amar” (Nocke, 1984, p. 167), fechado na sua obstinação recusando o dom de Deus.

No entanto nada sabemos, do nível de obstinação no mal e de perversão da liberdade, até que ponto a pessoa seja capaz de uma escolha absoluta e irreversível. Nem tampouco sabemos até onde chega e como se exerce a soberana misericórdia de Deus. Fato é segundo Sezefredo Vendramim: “não podemos colocar limites à misericórdia de Deus”. De fato, se a misericórdia de Deus é infinita, é difícil afirmar a eternidade do inferno. A Igreja sempre recordou o mistério da iniquidade e a possibilidade real da pessoa condenar-se. Ela tem poder para declarar os



bem-aventurados que estão no céu mediante a canonização dos santos. No entanto não sabe e nem declara que alguém com a menção do nome concreto esteja no inferno, condenado eternamente (cf. Tournon, 1998, p. 278; Nocke 1984, p. 169). Se não declara que alguém esteja condenado eternamente também não afirma explicitamente a eternidade do inferno. Isso sinaliza que o inferno não seja conteúdo da fé cristã no mesmo sentido que é o céu, a vida eterna (Nocke, 1984, p. 169). Muitos obstinados no mal, no caminho da descida ao inferno podem ainda converter-se e retomar o caminho da subida para o céu. Se os teólogos se referem ao inferno como possibilidade de perdição, e sem mencioná-lo falam de uma esperança frustrada ou pecado do desespero (Moltmann, 2005, p. 37-39) por outro lado, com mais ênfase se referem às possibilidades da salvação ou melhor aos que se convertem e creem na vida eterna. Afinal esta é a fé cristã: “creio na vida eterna”, pois eterna é a misericórdia de Deus (Sl 136).

3 Considerações sobre o “inferno eterno”

Como referimos acima, os teólogos falam de uma possibilidade da eternidade do inferno uma vez que o ser humano pode fechar-se definitivamente. Questiona-se se isso não seria exigir demais da liberdade humana, tão fragilizada que se mostra incapaz de acolher minimamente a salvação. Juan Luis Segundo, comenta:

O próprio Karl Rahner logo após o Vaticano II, procurou enfraquecer o argumento da opção radical. Refere que essa opção radical é tanto estranha como contrária a antropologia empírica e as suas raízes filosóficas e teológicas. Porém mais tarde no seu livro: Curso Fundamental da fé fez valer a seriedade da absoluta liberdade, e para rejeitar que o ser humano pudesse ser considerado incapaz de colocar sua existência inteira sob um “não a Deus”, tão ilimitado como a pena de dano que dele resultaria (Segundo, 1998, p. 186).

Esse argumento da não possibilidade da opção radical foi largamente discutido por outros teólogos, além de Karl Rahner.

Voltemos aos questionamentos que deram origem a esse estudo. “Se Deus é absoluto todo poderoso e eterno, como poderia criar o inferno eterno? Seriam dois reinos eternos concorrentes: Deus e o reino do mal ou do diabo. Se o inferno foi criado por Deus não pode ser eterno e como tal depende do criador. Se a misericórdia de Deus é eterna, é também



perfeita e não poderia privar seus filhos de participar do seu amor” (Sezefredo Vendramim). A esse respeito já afirmamos que Deus não poderia criar o inferno como um reino oposto com atributo de eternidade, seria uma contradição. Como é possível a convivência entre dois reinos se somente Deus é Eterno e nele tudo subsiste (At 17,25.28)? (Sezefredo Vendramim). De La Peña na sua obra *La outra Dimensión* comenta, se Deus não pode criar, nem querer o pecado, também não pode ter criado o inferno. “*Deus não é responsável direto na existência de um estado de perdição*” (De La Peña, 1986, p. 263). Portanto o inferno é a negação do reino, negação daquilo que Deus projetou para o bem do ser humano. O inferno não pode ter um atributo de eternidade como duração, mas eternidade significa aniquilação definitiva para sempre, morte eterna, sem retorno. Quem recebeu o ser por criação depende ontologicamente do criador. Se cortar essa comunicação vital, o resultado só pode ser a morte como extinção do ser, aniquilação definitiva. De La Peña (1980, p. 128) levanta a questão: Essa afirmação não parece esbarrar nos textos bíblicos que induzem a pensar em certa positividade após a morte algo mais do que redução ao nada?

Do ponto de vista existencial, o ser humano enquanto vive deseja a posse do sumo bem, todo o amor perfeito, como também na sua vida pode livremente não optar ou desejar o sumo bem, pois é limitado na sua liberdade. Nesse sentido, seria um tanto excessivo afirmar que o ato livre de um ser humano possa ser absolutamente uma opção definitiva, eterna contra Deus. A possibilidade da negação radical requer conhecimento profundo de quem é Deus. A eternidade, a liberdade perfeita absoluta são atributos de Deus (com os atributos de bondade, liberdade, eternidade) (Sezefredo Vendramim). Se o inferno não é lugar e a suposta eternidade se deduz da opção definitiva que parece precária devido a limitação do ato livre, então a doutrina do inferno eterno não tem consistência. Além do mais Deus estaria retribuindo ao ser humano dando-lhe um castigo eterno, sendo que sua falta não tem extensão ilimitada, é temporal⁴ (Sezefredo Vendramim). O ser humano é bom e capaz de obras boas por natureza e difícil acreditar que seja mau e cometa obras maléficas de forma contínua, em todo tempo de sua vida.

⁴ Esse argumento de ordem moral usado por alguns filósofos (Celso, Porfírio, Juliano), contra a eternidade do castigo no inferno. Um castigo eterno por uma culpa momentânea é uma injustiça. Além disso, todo castigo para ser razoável deve ter um objetivo corretivo (Bartmann, 1962, p. 444).



O tempo da experiência da comunhão com Deus na história pode ser interrompido e, a caminhada pode ser retomada pela conversão. Esse ciclo se encontra na história do povo de Israel que alterna pecado, castigo, arrependimento, perdão, nova vida (Jz 3,7-11; 3,12-15; 4,1-3). Assim, a pena do inferno não poderia ser contínua, nem eterna, porque eterno é só Deus. “A extensão da eternidade do inferno não coaduna com a ilimitada misericórdia de Deus. Não se pode por limites a misericórdia e bondade de Deus pois ele é eterno” (Sezefredo Vendramim). Assim, o inferno pode existir existencialmente em momentos na história, mas pode ser superado.

Nessa abordagem existencial, afirmar que a pessoa está na situação de pecado eterno é difícil sustentar se só Deus sonda e conhece plenamente os corações (Sl 138). O ser humano na história é limitado pelo tempo e espaço e, portanto, sujeito de mudanças. Sendo predestinado para o bem, o ser humano se realiza na busca da verdade, da verdadeira liberdade pela qual Cristo o libertou (Gl 5,1).

Bem antes de Cristo, os diálogos de Sócrates com Diotima já continham esse ensinamento, de que o desejo de possuir o que é bom é comum a todos seres humanos. Mais adiante nesse diálogo imaginário também é afirmado que “o grande Eros, para todos, consiste no desejo do bem e da felicidade” (Platão, diálogos, p. 111). Santo Agostinho, nas *Confissões*, expressa o sentido pleno da vida na comunhão plena com Deus: “Eu não existiria meu Deus, se não estivésseis em mim” ou “Eu não existiria se eu não existisse em ti” (Agostinho. *Confissões*, I, 1,1). A pessoa sem Deus se aniquila. Deus contém todas as coisas, pois tudo nele subsiste (cf. At 17,28; Rm 12,36; 1Cor 8,6). Deus “contém” todas as coisas, no sentido de que conserva, sustenta, dá vida e força a tudo. Daí a necessidade de integração e comunhão com o mundo. “Parece impensável uma existência humana sem o mundo. Por mais que se oponham, existência humana e mundo por vezes são integrados na unidade maior do amor. Assim se mostra a unidade real do fim escatológico e da abertura que se realizou com a ressurreição de Cristo” (Ratzinger, 2015, p. 235). Eis a escatologia de comunhão plena na unidade Deus-homem-mundo (Ratzinger) e uma escatologia de revelação do Deus uno e trino (Müller), escatologia da nova criação de um cosmos transformado. Isso será o novo céu e nova terra (cf. Abc 21,1; 2Pe 3,13).

Nos diálogos de Platão e Fedro se afirmava que a amizade humana revela a busca de valores transcendentais: a verdade, a beleza, o bem. São



constitutivos essenciais do ser humano que só repousa plenamente na posse de Deus. Ninguém é absolutamente mau, nem totalmente santo. Existem graus de santidade como graus de maldade, de dureza de coração que podem ser temporários. Essencialmente na sua origem o ser humano é bom, e nada pode frear indefinidamente esse desejo para o bem, embora seu coração também tenda para o mal desde a sua infância (Gn 8,21). Assim não existe criatura absolutamente fechada para o bem, com uma resolução absoluta para o mal. Aqui a eternidade do inferno entendida como total fechamento para Deus, ou endurecimento em uma opção irreversível para o mal contradiz a um dado ontológico do ser humano, que, enquanto vive pode voltar-se para Deus, o bem supremo.

Também não parece mais adequada a linguagem para explicar a eternidade do inferno como se fosse um lugar. Segundo a teologia mais recente, a escatologia, ou tratado das realidades últimas (escata) “não se trata de coisas ou lugares, e sim do futuro da criação. Não de algo que irrompe sobre o homem e o mundo vindo de fora, e sim a escatologia deve ser compreendida mais como a consumação de vida que já começou. Se fala do “além” a partir da vida do “aquém”. Não de algo puramente futuro e sim também presente” na medida que as pessoas direcionam a vida para o futuro mediante suas escolhas (Nocke, 2001, p. 340). Assim a possibilidade da morte eterna não é meramente especulativa, mas real, pois o ser humano na sua liberdade é capaz de dizer não (De La Peña, 1980, p. 126). Isso é bem expresso no Evangelho na imagem da semente caída em chão batido que morre sem produzir frutos, o que significa a dureza de coração que nessa vida impossibilita a conversão (Cf. Mc 4; Is 6). Nesse sentido, ao invés de designar a danação eterna como “pena eterna” é melhor designar essa realidade como “pecado eterno” (O novo catecismo Holandês, 1976, p. 552). A pena eterna ao pecador pode ser entendida como uma injustiça, uma vez que o pecado foi realizado na vida e no tempo limitado. Isso não tem proporção com o pecado que foi temporal não eterno. Segundo Karl Rahner, enquanto vivemos, não se pode excluir a possibilidade de conversão, de abertura para o bem e para Deus. Assim o inferno não pode ser eterno, porque segundo a teologia mais recente (Faber, 2014, p. 277), não foi preparado por Deus, antes se deve a decisão livre do ser humano. O inferno seria a autoexclusão da salvação (Catecismo da Igreja Católica, n. 1033).

Ele deve ser interpretado no contexto do juízo de Deus. Esse juízo final se antecipa na existência e aponta sempre para o futuro (Susin, 2018, p. 142-143). Na sua existência o ser humano “enquanto marcha



na história da salvação é ser da possibilidade da culpa”. Nessa dimensão existencial “não se pode dizer que a perdição absoluta como fim e consumação de sua liberdade culpada não seja possibilidade com que deva contar” (Rahner, 1989, p. 512).

Zacarias de Aguiar Severa, relata várias teorias sobre o inferno, dentre elas com “o aniquilacionismo”. Segundo essa teoria a alma sem salvação seria destruída completamente, para sempre (nesse caso o inferno como lugar de castigo não existe, o inferno seria a segunda morte). Outros da mesma corrente entendem que a alma vai sofrer até o dia do juízo final, para depois ser aniquilada para sempre (aqui o sofrimento do inferno é temporário). Eles se baseiam em expressões bíblicas que declaram que os ímpios serão destruídos, vão perecer (Mt 10,28; 1Cor 1,18; 2Ts 2,10) (Severa, 2014, p. 400). Nesse caso a morte eterna, pode referir-se exclusivamente a aniquilação e não ao castigo eterno. Porém, Zacarias Severa discorda dessas teorias e arremata: “Entendemos que o ensino da Bíblia é que o castigo será eterno sem nenhuma chance de retorno (2Ts 1,8-9; Mt 25,46)”.

4 Cristo desceu à mansão dos mortos para resgatar a humanidade

Se o mal é temporal, a pena é também temporal limitada. O ser humano passa por experiências humanas de inferno e a superação de uma situação dramática é experiência do céu já na terra. Celso, cuja réplica fora feita por Orígenes, atribuía a rápida propagação do cristianismo devido ao medo suscitado no povo simples pelos quadros aterradores do juízo final e do fogo do inferno eterno. A compreensão do mito do inferno como um lugar no futuro, e essa conexão com lugar se encontra no “símbolo apostólico” que inclui a profissão da “descida ao inferno” de Jesus. A noção de um castigo eterno é incluído nos textos dos credos a partir do século V. Menciona-se o credo Pseudo-Atanasiano Quicumque do Concílio de Latrão em 1215. A eternidade do inferno é também afirmada no Sínodo de Constantinopla em 543 contra a doutrina de Orígenes que pregava a existência do inferno com castigos temporalmente limitados (cf. Faber, 2014, p. 277).

A Primeira Carta de Pedro esclarece: Cristo “morto na carne, foi vivificado no espírito, no qual foi também pregar aos espíritos em prisão, a saber aos que foram incrédulos no passado, nos dias de Noé,



quando Deus, em sua longanimidade contemporizava com eles” (1Pd 3,19-20) Portanto foi pregar aos mortos na prisão, àqueles que estão lá embaixo, para resgatá-los. Aqui temos a referência à paciência de Deus que contemporizava com eles. A realidade da morte foi vencida pela vida, pois Cristo desceu para nos resgatar. Leonardo Boff comenta a descida e o Senhorio de Cristo. Na carta aos Efésios se diz que “Ele desceu às partes íntimas da terra. O mesmo que desceu foi o que subiu sobre todos os céus para plenificar tudo” (Ef 4,9-10). O apocalipse apresenta Cristo como aquele que é Senhor dos infernos: “Eu tenho a chave da morte e dos infernos” (Apc 1,18) Todos dobram o joelho diante dele, “os que habitam nos céus, na terra, e nos infernos” (Flp. 2,10) (Boff, 1973, p. 185). O reino de Deus se estende a tudo o que foi criado. Deus está nos céus, na terra, e em toda a parte. Logo não pode haver algo que escape ao seu domínio absoluto (Sezefredo Vendramim).

Só existe a morte eterna espiritual enquanto existe essa vida terrena, e enquanto a pessoa que vive faz experiência de Deus, como também pode se afastar dele, mas esse afastamento como dissemos, não é eterno! “Há sempre o tempo de Deus” (kairós) que não nos é dado conhecer (1Tes. 5,1-2). Esse tempo não é medido nem previsto. O “hoje da salvação” como declarado a Zaqueu (Lc 19,9) e prometido ao malfeitor arrependido (Lc 23,43), pode ocorrer num segundo, um minuto como se fosse uma eternidade. Assim a doutrina do inferno precisa ser entendida do ponto de vista existencial. A linguagem da tradição teológica é mítica, ao falar do inferno como “lugar” e sua duração “eterna”. Na dimensão antropológica e existencial isso é desmistificado ao tratarmos da opção fundamental da pessoa nessa vida. O momento escatológico “final” acontece no momento da adesão a Deus. O momento de uma decisão de conversão é possível enquanto estamos vivos, os mortos não irão se converter jamais, mas os que estão vivos podem mudar, em qualquer momento. A eternidade é vivida num dia, e um dia é como mil anos diante de Deus (Sl 90). A região dos mortos chamado “xeol”, é linguagem mítica para expressar as sombras da morte e posteriormente foi interpretado como lugar dos condenados eternamente.

Se Cristo desceu aos infernos, nas palavras de Urs Von Baltazar é porque fez a experiência da *kenosis* no seu pleno significado, portanto foi ao inferno, não ficou lá porque nos resgatou. À luz da Ressurreição, entende-se que ninguém foi criado para a morte, mas para a vida. Vivemos no espaço, lugar e tempo, a Igreja expressa sua doutrina através da linguagem do tempo. “O modelo tempo/espaço de três níveis (mundo de



vivência, descida ao reino dos mortos, ascensão) e de três fases (protologia, presente, escatologia) é encontrado também no credo apostólico (séc. IV), Isto é conteúdo da fé. Agostinho defende a teoria psicológica do tempo, o tempo existe na consciência do que fazemos (Confissões, 11,20,30). A. M. Boécio (séc. VI) contrapõe ao tempo e espaço um conceito de eternidade claramente delimitado: A eternidade é a posse atemporal, e, ao mesmo tempo, perfeita de uma vida ilimitada. Aqui o conceito de vida é o elemento que liga o tempo e o espaço á eternidade (Ulrich Luke, 2014, p. 203-204) (Estado intermediário).O mito não está separado da realidade histórica (Mircea Eliade). Citemos alguns exemplos da tradição: Melitão de Sardes (séc. IV), no seu discurso sobre a Páscoa faz o Cristo ressuscitado dizer “Eu sou aquele que pisoteou o inferno, acorrentou o homem forte e resgatou as pessoas, levando-as para o alto céu”. No séc. III, o Evangelho de Nicodemos traz uma narrativa inteira da descida de Cristo aos infernos a fim de libertar os santos (Brown, 2004, p. 930). A descida de Cristo aos infernos segundo Urs Von Baltazar, significa “uma participação não somente no estar morto, mas na segunda morte de que fala o apocalipse aos condenados”. A luz dessa afirmação o inferno é uma realidade participada pelos que sofreram a morte eterna, a segunda morte. E se Jesus desceu lá e participou da segunda morte, então veio resgatar a todos. Não poderia concorrer com o oposto reino da morte eterna. O ser humano não foi criado para a morte eterna mas para a vida: “Deus nos predestinou a ser santos e imaculados na sua presença” (Ef 1,2-3). “Aprouve a Deus levar o tempo a sua plenitude de recapitular (encabeçar – anakefalaiosis) tudo em Cristo as coisas que estão nos céus e as que estão na terra” (Ef 1,10).

Conclusão

Se pressupomos a eternidade do inferno como lugar eterno dos condenados, isso não combina com a eternidade de Deus, pois teríamos que admitir esse “lugar” como criado por Deus, portanto “não eterno” tendo um princípio. Se teve um princípio também pode ter um fim. Não é eterno porque não coaduna com a eternidade de Deus. Dentre outros argumentos nesse estudo, apresentamos pelo menos cinco teses, pelas quais a doutrina da eternidade do inferno é questionada: 1) Não pode haver um reino paralelo ao reino de Deus na eternidade, porque a eternidade é atributo somente de Deus; 2) É inconcebível em nossa fé, uma vitória do mal com conseqüente derrota de Jesus Cristo; 3) É



inconcebível uma pena eterna para uma vida breve e limitada; 4) O ser humano é incapaz de tomar decisão eterna, e também por ser criatura não possui conhecimento profundo de Deus; 5) O reino de Deus se estende a tudo o que foi criado, pois Deus é onisciente e onipresente (Sl 139; 1Pe 3,19-20), logo não pode haver algo que escape ao seu domínio absoluto. Na ressurreição final quando Cristo vier entregará o reino ao Pai e então Deus será tudo em todos (1Cor 15,26-28).

A questão de fundo que guiou nossa reflexão foi esclarecer a possibilidade do inferno não eterno, enquanto só Deus é eterno, pois nele tudo subsiste. A pergunta: Como afirmar o suplício eterno dos condenados se proclamamos a fé no reinado e soberania de Deus sobre todas as coisas e na vitória do Cristo ressuscitado que venceu a morte? (Sezefredo Vendramim). Eternidade significa sempre, e quem existiu sempre é só Deus. Se o inferno interpretado como reino de Satanás fosse eterno estaria em contradição com o próprio Deus que é único, único eterno, e não poderia competir com o reino de Satanás. Esse argumento supõe a crença do inferno num lugar. Combina com a concepção mítica dos antigos: mundo de cima: céu; mundo dos homens: terra, mundo dos mortos: morada dos mortos – inferno. Teremos de desmitificar: O reino eterno inicia no tempo, na história e se plenifica em Deus. Não se sabe como será, ninguém viu ou ouviu, cremos pela fé.

A Igreja exerceu o poder de declarar as pessoas santas e apesar disso nem sabe e nem declara que alguém esteja no inferno (Eliseo Touron). Justamente por isso que o credo na existência do inferno não é afirmado e nem negado. É antes pressuposto na opção fundamental da pessoa humana. Nota-se que o termo “inferno” é evitado com a mudança para “mansão dos mortos”. Isso na tradição bíblica mais antiga não tinha conotação de lugar de castigo e punição. Essa mudança aconteceu no período do judaísmo nos escritos apocalípticos quando se acentuou o juízo final mais como dia da ira e não tanto dia da salvação.

O inferno em geral vem tratado no contexto do juízo de Deus, seja individual e coletivo. O juízo de Deus acontece na instauração de um mundo justo e ordenado conforme o projeto de Deus e com perspectiva de consumação no futuro quando a morte for vencida e Deus será tudo em todos. No entanto caso o ser humano faça uma escolha radical contra Deus não sabemos se essa escolha é irreversível devido as limitações da liberdade. Com isso não sabemos até que ponto é eterna para afirmar com isso a eternidade do inferno para todos os que praticaram o mal.



Em relação a consumação da história, a parousia do Senhor não nos é dado conhecer nem o tempo (kronos) nem os momentos (kairoi) isto é o “tempo” da vinda do Senhor (1Ts 5,1-20). Assim “Diante do Senhor um dia é como mil anos e mil anos como um dia” (Sl 90,4; 2Pe 3,8), ou melhor a eternidade pode ser vivida num momento oportuno, o “hoje da salvação”. Segundo a *Gaudium et Spes* (n. 39), “ignoramos o tempo da consumação da terra e da humanidade e desconhecemos a maneira de transformação do universo”. Igualmente ignoramos “o tempo” do inferno. O tratado do inferno pouco aparece nessa perspectiva escatológica da realização do reino, por ser a negação. O reino sim é eterno, atua no meio de nós.

É razoável crer que a linguagem mítica do inferno e do julgamento vindo da literatura apócrifa é uma linguagem que reflete a realidade do inferno na vida, como também o desejo de justiça como castigo contra os maus. Ele existe e está na história humana, é produzido por estruturas injustas que oprimem e massacram⁵, mesmo que não haja compreensão de sua natureza e extensão temporal. O pecado pessoal e pecado do mundo cria os infernos. Diremos “nos porões da humanidade” jazem os pobres, doentes, famintos, presos, oprimidos e injustiçados. Esse “inferno” precisa ser suprimido, em vista da integração final, com a conversão dos pecadores. E Jesus inaugurou esse novo¹ tempo. Depois de curar os doentes, expulsar espíritos malignos, curar cegos, envia os mensageiros de volta a João Batista dizendo: Ide contar a João o que estais vendo e ouvindo: os cegos passam a ver, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciado o Evangelho (Lc 7, 21-22; cf. 4,13-18). Em Jesus acontece o “ano da graça do Senhor” (Lc 4,18) oposto ao dia da ira (Is 61,1). Se há o anúncio do juízo aos pecadores, do perigo do inferno por paradoxal que seja, melhor compreendê-lo à luz da promessa e esperança da salvação como advertência e apelo a conversão pessoal e comunitária. “Hodie et semper” é o “hoje da salvação”, a possibilidade e certeza da salvação pela misericórdia do Senhor aos que nele creem.

Referências

AGOSTINHO, Aurélio. *Confissões*. Tradução de Maria Luiza Jardim. São Paulo: Paulo 1984.

⁵ “Existem infernos intra-históricos, logo pode existir o inferno meta-histórico” (De La Peña, 1980, p. 127).



BARTMANN, Bernardo. *Teologia dogmática. Escatologia. vol. 3.* São Paulo: Paulinas, 1962.

BOFF, Leonardo. *Vida para além da morte.* Petrópolis: Vozes, 1973.

BROWN, Raymond E. *Introdução ao Novo Testamento.* São Paulo: Paulinas, 2004.

CATECISMO da Igreja Católica. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola, 1993.

DE LA PEÑA, Juan Ruiz. *El ultimo sentido.* Una introducción a La escatologia. Madrid: EdicionesMarova, 1980.

DE LA PEÑA, Juan Ruiz. *La outra Dimensio.* Escatologia Cristiana. Santander: Editorial Sal Terrae, 1986.

DALEY E, Brian. *Origens da Escatologia Cristã.* A Esperança da Igreja primitiva. São Paulo: Paulus, 1994.

ELISEO TOURON. Escatologia. In: XABIER PIKAZA, O. DE M., e NEREO SILANES. O (org.). *Dicionário Teológico o Deus cristão.* São Paulo: Paulus, 1988.

FABER, Eva Maria. Inferno. In: WOLFGANG BEINERT e BERTRAM STUBENRAUCH. *Novo Léxico da Teologia Dogmática Católica.* Petrópolis: Vozes, 2014.

JENNI, Ernst; WESTERMANN, Claus. *Dicionário Teológico manual Del Antigo Testamento.* Tomo II, Madrid: Ediciones Cristiandad, 1985.

BERGER Klaus, Inferno. In: ROMANO PENNA, GIACOMO PEREGO, GIANFRANCO RAVASI (ed.). *Dicionário de Temas Teológicos da Bíblia.* São Paulo: Paulinas: Paulus: Loyola, 2022.

LIBÂNIO, João Batista; BINGEMER, Maria Clara. *Escatologia Cristã.* Petrópolis: Vozes, 1996. (Série libertação na Teologia).

MOLTMANN, Jürgen. *Teologia da Esperança.* São Paulo: Edições Loyola: Editora Teológica, 2005.

MÜLLER, Gerhard Ludwig. *Dogmática Católica.* Teoria e Prática da Teologia. Petrópolis: Vozes, 2014.

NOCKE, Franz Josef. Escatologia. In: SCHNEIDER, Theodor (org.). *Manual de dogmática. vol. II,* Petrópolis: Vozes, 2001.

NOCKE, Franz Josef. *Escatologia.* Barcelona: Herder, 1984.



O NOVO Catecismo. Editado pelos Bispos Holandeses. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

PLATÃO. *Diálogos, Mênon, Banquete, Fedro*. Tradução do Grego de Jorge Palcikat. São Paulo: Editora Ediouro, 1990. (Coleção Universidade de Bolso).

RAHNER, Karl. *Curso fundamental da fé*. São Paulo: Paulinas, 1989.

RATZINGER, Joseph. *Introdução ao Cristianismo*. Preleções sobre o símbolo apostólico com um novo ensaio introdutório. São Paulo: Loyola, 2015.

DA SILVA, Roberto Marcelo. A descida de Cristo à morada dos mortos como libertação e resgate de muitos: A Igreja na promoção da libertação dos mais pobres e oprimidos. In: *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 69, p. 159-165, janeiro-junho de 2022.

SEGUNDO Juan Luis. *O inferno como absoluto menos*. Um diálogo com Karl Rahner. São Paulo: Paulinas, 1998.

SEVERA, Zacarias de Aguiar. *Manual de Teologia Sistemática*. Curitiba: Santos Editora, 2016.

SCHELKLE, Karl Hermann. Escatologia Neotestamentária. In: FEINER, Johannes; LOEHRER, Magnus. *Mysterium Salutis. Compêndio de Dogmática histórico-salvífica*. V/3 Escatologia. Petrópolis: Vozes, 1985.

SUSIN, Luiz Carlos. *O tempo e a eternidade*. A Escatologia da Criação. Petrópolis: Vozes, 2018.

LÜKE, Ulrich. Esquema tempo e espaço. In: WOLFGANG BEINERT e BERTRAM STUBENRAUCH. *Novo Léxico da Teologia Dogmática Católica*. Petrópolis: Vozes, 2014.

WINKLHOFER, A. Escatologia. In: HEINRICH FRIES. *Dicionário de Teologia*. vol. 2, São Paulo: Loyola, 1970.